



Capiberibe deixa vice-liderança por causa da MP da soja

Senador protesta contra liberação de soja transgênica pelo governo federal.

Página 7



Serys: combate ao crime organizado avança em MT

Trabalho da polícia mostra que corrupção e crime podem ser abolidos, conforme a senadora.

Página 5



# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.798 - Brasília, segunda-feira, 6 de outubro de 2003

## Senado vai ouvir Palocci e governadores sobre reforma



**APOIO** Reunidos com Mercadante e Jucá, os presidentes da CNI, Armando Monteiro, e da Ação Empresarial, Jorge Gerdau, apóiam congelamento da carga tributária

Comissão de Justiça promove série de audiências nos próximos dias sobre proposta de reforma tributária

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, deve debater com os senadores nesta quarta-feira. No dia seguinte, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se reúne com governadores e empresários. Na próxima semana, serão ouvidos sindicalistas e prefeitos. Romero Jucá promete relatório no dia 14.

Página 3

**ESTATUTO DO IDOSO**



**CELEBRAÇÃO** Paim cumprimenta Mão Santa e Reginaldo Duarte

**Estatuto revoluciona a vida do idoso, afirma Paim**

Paulo Paim comemora publicação da lei de sua autoria no *Diário Oficial da União* e elogia firmeza do presidente Lula.

Página 6

## Concessão de emissora pode ter mais controle

O Conselho de Comunicação Social vota hoje relatório sobre projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre concessões e

José Cruz



Pedro Simon é o autor da proposta

permissões de canais de rádio e televisão, regulamentando norma constitucional sobre o assunto. A proposta visa a um maior controle sobre as empresas de radiodifusão.

Conforme o projeto (PLS 109/1995), não podem ser outorgadas concessões a grupos que já controlem jornal ou tenham uma segunda permissão num mesmo estado.

## Seminário sobre informática no Legislativo

Estão abertas as inscrições para o 8º Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo (Enial), que se realizará no Hotel Nacional, em Brasília, nos dias 8, 9 e 10 deste mês.

O evento reúne representantes dos legislativos estaduais e municipais, além do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para conhecer e debater os projetos de informática desenvolvidos para aplicação nos legislativos.

Também constam da programação palestras sobre software livre, pregão eletrônico, TV legislativa e utilização da informática no fortalecimento da democracia.

# Agenda

## Plenário terá sessão às 14h30

A sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, será destinada a pronunciamentos dos senadores, ou seja, não haverá deliberação de matérias. Amanhã, o Plenário deve examinar duas medidas provisórias e um projeto de lei de conversão que trancam a pauta de votações.



## Comissão de Orçamento analisa cumprimento de metas fiscais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se amanhã, às 14h30, para a análise de requerimentos e avisos do

Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. Às 15h, a comissão ouve o secretário do

Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, sobre o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2003.

## Fundo de segurança pública na CAE



Amanhã, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute projeto que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), com o objetivo de criar condição para o repasse de recursos destinados ao setor (PLS nº 310/03). O colegiado analisa ainda projeto que obriga o governo a enviar formalmente ao Congresso os programas de Metas Inflacionárias e Emprego (PLC nº 29/02).

## CCJ retoma votação das emendas à reforma da Previdência

As emendas apresentadas pelos parlamentares à reforma da Previdência continuam a ser votadas amanhã, a partir das 10h,

pelos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto de reforma enviado pela Câmara

(PEC nº 67/03), que tem como relator o senador Tião Viana (PT-AC), recebeu no Senado cerca de 200 destaques.

## Política de gestão de recursos hídricos

Na reunião da Comissão de Infra-Estrutura (CI), marcada para as 14h de amanhã, será votado o projeto que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros obtidos com a cobrança pelo uso da água (PLS nº 240/02). O colegiado também examina o projeto de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que estabelece critérios na aplicação de verbas para universalização dos serviços públicos de energia elétrica (PLS nº 224/03).



## Conselho discute TV a cabo

O Conselho de Comunicação Social reúne-se hoje, às 14h, para discutir a situação da TV a cabo no Brasil, com apresentação de iniciativas para a melhoria do setor. Além disso, o colegiado analisa projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que trata da outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de radiodifusão (PLS nº 109/95).

## Atuação do Tribunal de Contas

Na quarta-feira, às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza audiência pública com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campelo, que vai explicar a atuação do órgão nos últimos anos. A CFC é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e tem como vice o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Senado lança livros na bienal de Pernambuco

O Conselho Editorial do Senado Federal está lançando nove obras na 4ª Bienal Internacional do Livro de Pernambuco, que teve início no sábado e vai até o próximo domingo. Duas obras são do pernambucano Joaquim Nabuco: *O Abolicionismo*, publicado originalmente em 1883, é um libelo a favor do fim da escravidão, já *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893* traz uma análise profunda sobre os fatos que cercaram a Revolta da Armada.

Na apresentação de *O Abolicionismo*, Nabuco escreveu que se consideraria satisfeito "se este livro concorrer, unido em uma só legião os abolicionistas brasileiros, para apressar, ainda que seja de uma hora, o dia em que vejamos a Independência completada pela abolição e o Brasil elevado à dignidade de país livre, como foi em 1822 à de nação soberana, perante a América e o mundo".

De Nabuco, o Senado já publicou *Balmaceda*, que descreve os motivos que levaram o Chile a uma guerra civil a partir do governo do presidente José Manuel Balmaceda nos anos de 1890 e 1891; e *Minha Formação*, já em segunda edição, em que narra sua educação.

### História parlamentar

Em edição fac-similar, o conselho está mostrando pela primeira vez o *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil - 1823*, em três volumes. A obra, lançada em comemoração aos 180 anos do Parlamento brasileiro, permite um exame detalhado da nação que então surgia. O Brasil é um dos países com maior tradição parlamentar em todo o mundo.

Em convênio com o Supremo Tribunal Federal (STF), o Senado lança *O Constitucionalismo de Dom Pedro I no Brasil e em Portugal*, de Afonso Arinos; *História do Direito Constitucional Brasileiro*, de Waldemar Martins Ferreira; *Do Poder Judiciário*, de Pedro Lessa; e *A Constituição de 1937*, de Araújo Castro.

Dois livros da coleção *História do Direito Brasileiro*, editada em parceria com o Superior Tribunal de Justiça, estarão pela primeira vez na bienal: *Lições de Direito Criminal*, de Braz Florentino Henriques de Souza; e *Direito das Coisas* (dois volumes), de Clóvis Beviláqua.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Sihessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.  
*Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações*

## REFORMAS

CCJ decide realizar audiências públicas para discutir as mudanças tributárias. O ministro da Fazenda será o primeiro a comparecer. Depois virão empresários, governadores, prefeitos e sindicalistas

## Palocci debate na quarta projeto tributário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai promover uma série de audiências públicas nos próximos dias sobre a reforma tributária. A primeira será com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, já na quarta-feira, e no dia seguinte estarão na CCJ governadores e empresários. Na próxima semana deverão ser ouvidos sindicalistas e prefeitos. O anúncio das audiências foi feito pelo presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), pelo relator da reforma, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), em entrevista à imprensa.

Jucá informou que apresen-



**ANÚNCIO** Lobão previu que a reforma tributária será votada na CCJ até o dia 30

tará seu relatório preliminar na noite do dia 14 próximo e Lo-

bão previu que a reforma tributária estará votada na CCJ até o dia 30 deste mês, sendo enviada a seguir ao Plenário. Ao mesmo tempo em que serão realizadas audiências públicas, o relator e os líderes partidários negociarão os detalhes da reforma, especialmente com governadores, empresários e pre-

feitos de grandes cidades. Na previsão do líder governista, a

primeira votação no Plenário do Senado poderá ocorrer antes do dia 15 de novembro.

– A matéria deverá andar com mais rapidez que na Câmara, pois já há no Senado um acordo sobre a matéria. Falta o detalhamento, que negociaremos até a véspera da votação na CCJ. O importante é que temos acordo – ponderou Aloizio Mercadante.

Ele reafirmou que não existe intenção de fatar a reforma tributária ou criar uma emenda constitucional paralela, como na reforma da Previdência.

– O texto da Câmara que for aprovado pelos senadores poderá ser promulgado separadamente. Existe precedente nes-

se assunto. Já a parte modificada pelo senadores será remetida de volta à Câmara – informou o relator Romero Jucá.

Um dos pontos mais importantes da reforma, na opinião do líder Aloizio Mercadante, é a regionalização dos investimentos, inclusive via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sobre as observações do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, em relação à ideia de substituição do projeto pelos senadores, Mercadante observou que o Senado fará uma “discussão totalmente transparente da reforma e, depois, a Câmara terá toda soberania para opinar sobre o trabalho”.

## Jucá: Senado dá palavra final sobre alíquotas

O relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que uma das inovações que os senadores pretendem fazer nela é a obrigatoriedade de que o Senado aprove qualquer mudança de alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), após o consenso dos secretários de Fazenda dos estados. Hoje, só os secretários têm esse poder, reunidos em um conselho – o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) –, e a aprovação exige unanimidade dos estados.

– Estamos começando a discutir como colocar no papel as intenções que os líderes partidários manifestaram em documento assinado na quinta-feira. Vamos encontrar uma fórmula para acabar com a guerra fiscal entre os estados sem aumentar a carga tributária do país – acrescentou Jucá.

Já o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que a reforma remeterá para lei complementar o detalhamento do compromisso dos líderes partidários de que haverá redução da carga tributária do país à medida que melhorar a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB).

– Colocando isso no papel, estaremos dando garantia ao país de que o crescimento será



**DISPOSIÇÃO** Jucá acredita que será encontrada fórmula para acabar com a guerra fiscal

repassado à sociedade em forma de menor carga tributária – frisou Mercadante.

O líder do governo defendeu a mudança na redistribuição que os líderes do Senado farão em cima da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Os deputados decidiram que 25% da Cide serão redistribuídos aos estados e municípios. Os líderes no Senado pretendem criar uma câmara de gestão, com participação da União, dos estados e dos municípios, para decidir as aplicações do dinheiro da Cide, a quase totalidade em obras rodoviárias.

– A câmara de gestão decidirá que projetos devem ser bancados com a Cide. Lá, os prefeitos terão voz.

## Empresários apóiam proposta de congelar a carga dos impostos

Reunidos com senadores envolvidos na reforma tributária, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado federal Armando Monteiro (PTB-PE), e o empresário Jorge Gerdau, presidente da Ação Empresarial – entidade que congrega confederações de empresários –, apoiaram na sexta-feira as ideias dos líderes partidários do Senado sobre a reforma tributária, especialmente o congelamento da carga tributária do país.

– As ideias são muito inte-

ressantes e têm o apoio dos empresários, mas eles querem ver no papel, na lei, como isso tudo vai ficar – afirmou Armando Monteiro, ao deixar o gabinete da liderança do governo no Senado.

Participaram do encontro o líder Aloizio Mercadante (PT-SP), o relator do projeto Romero Jucá (PMDB-RR) e o presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA).

O presidente da CNI observou que os senadores “estão retomando o norte da reforma tributária” original, enviada à

Câmara pelo governo. Sustentou ainda que o Congresso “não pode esquecer que deve fazer uma reforma tributária para a sociedade, e não para os governos, não exclusivamente para os entes federados”.

Por sua vez, Jorge Gerdau afirmou que “uma das coisas mais importantes é acabar com essa guerra fiscal insustentável entre os estados”, apoiando ainda a intenção de se aprovar “alguma lei” que estabeleça um limite para a carga tributária do país.



**OTIMISMO** Monteiro, da CNI (E), disse a Mercadante que ideias dos senadores são “interessantes”

## REFORMAS Mão Santa e Garibaldi Alves criticam as propostas em tramitação no Senado

# Mão Santa teme o aumento das desigualdades

De posse de dados que indicam a distribuição desigual de investimentos entre as regiões do país, beneficiando os estados do Sul e do Sudeste, o senador Mão Santa (PMDB-PI) alertou na sexta-feira, em Plenário, para o risco de a reforma tributária ampliar os desequilíbrios regionais. Alguns itens da proposta já aprovada na Câmara, avaliou, podem aumentar a concentração de investimentos públicos nas regiões mais ricas.

Para exemplificar, o senador disse que a União permitiu, nos últimos oito anos, que o Sul e o Sudeste recebessem 60% dos benefícios tributários do governo. Essa tendência, afirmou Mão Santa, continua no Orçamento de 2004, que prevê renúncia fiscal federal de 64,5% para as duas regiões.

No que diz respeito aos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o senador informou que, no ano passado, apenas 22,06% dos recursos foram utilizados nas regiões mais pobres, isto é, no

Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste. No caso dos investimentos das estatais, continuou o parlamentar, esse percentual é de 34,7%. Ou seja, a maior parte do bolo ficou com as regiões mais ricas.

– Infelizmente, a reforma tributária que chegou ao Senado não cria mecanismos com vistas à redução das desigualdades regionais – comentou o senador, esperando que a Casa, conforme definiu a reunião dos líderes partidários, possa aperfeiçoar a proposta.

### Pressa

Mão Santa criticou a pressa com que as propostas que alteram a Previdência Social e o sistema tributário nacional estão sendo analisadas no Senado. O fato é ainda mais lamentável, na opinião do senador, porque a reforma previdenciária, é “inconseqüente” e amplia as desigualdades no país.

– A Constituição brasileira, de 1988, já tem 46 emendas. Isso é brincadeira. Chega à irresponsabilidade de o Senado se apressar, ser subserviente. Uma emenda constitucional



Fotos: José Cruz

**EXCESSO** Mão Santa lembra que a Constituição de 1988 já foi emendada 46 vezes

é para durar um século, no mínimo dez anos – analisou Mão Santa, referindo-se às 40 emendas constitucionais aprovadas desde 1992, além de seis emendas de revisão. Ele destacou que a Constituição dos Estados Unidos, de 1791, foi emendada apenas 20 vezes em mais de dois séculos.

O senador pelo Piauí recorreu a argumentos históricos para registrar que, “desde a Grécia antiga, o Senado é o local dos mais velhos, dos conselheiros mais experientes e que deveria ser tratado e se portar dessa maneira”.

Em aparte, o senador Efraim Moraes (PFL-PB) elogiou o pronunciamento de Mão Santa por acreditar que a reforma da Previdência é injusta com os servidores e ainda representa um confisco aos aposentados.

## Para Garibaldi Alves, mudanças em tributos podem prejudicar Nordeste

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) externou a preocupação do povo nordestino com os efeitos, para a região, da reforma tributária. A proposta, que está sob exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), poderá, de acordo com o senador, prejudicar os estados menos desenvolvidos, especialmente em função do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

– O fundo será formado por 2% do total de 49% da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados. Essa é uma compensação oferecida pelo governo federal aos governadores, que perderão dois instrumentos estratégicos: a concessão de in-



**INEFICÁCIA** Garibaldi afirma que fundo não compensará fim da concessão de incentivos fiscais

centivos fiscais e a capacidade de legislar sobre ICMS – disse.

Garibaldi considera a compensação fiscal “insuficiente e deficiente”, e lamentou que o

fundo mantenha os recursos financeiros sob controle da União. Ele criticou ainda o fato de a proposta prever a criação de lei complementar, o que, disse, atrasará o repasse de recursos e poderá gerar conflitos de interesses entre as regiões.

Para Garibaldi, a solução seria a criação de uma verdadeira política de desenvolvimento regional. “A Amazônia e Nordeste já viram isso antes com outros programas que, no final, não representam acréscimo real de transferência de recursos para regiões menos desenvolvidas.”

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) manifestaram, em aparte, apoio ao senador potiguar.

## Virgílio compara o governo ao “samba do crioulo doido”

Ao comentar os últimos pronunciamentos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que o governo federal parece o “samba do crioulo doido”. Ele disse que o presidente adota um “padrão flácido no controle das questões éticas do governo” em casos como o da viagem da ministra Benedita da Silva, e que o governo “vende ilusões para postergar crises”.

– O presidente não encara para valer a consequência dos seus atos. O governo parece o samba do crioulo doido – afirmou ao apresentar, como reveladores da realidade do país, dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que demonstram a queda da confiança do consumidor e avaliam que 2003 é um ano perdido para a economia e para o consumo.

Virgílio entende que Lula vem seguindo apenas as orientações de seu esquema de marketing, ao procurar se utilizar “da única âncora de seu governo”, que é o seu desempenho pessoal. É assim,



**PROPAGANDA** Arthur Virgílio afirma que Lula vem seguindo apenas esquema de marketing

na avaliação do senador, que o presidente tenta esconder a realidade da população.

Nesse sentido, Arthur Virgílio observou que, em vez de aceitar as justificativas da ministra Benedita da Silva, que viajou à Argentina para participar de um encontro religioso de interesse particular, Lula deveria ter demitido a ministra. O presidente, segundo o parlamentar, preferiu acreditar que a ministra também se encontrou com políticos e empresários na Argentina.

## “País está vivendo um espetáculo de trapalhadas”

O país está vivendo o “espetáculo das trapalhadas”, encenado e interpretado pelo presidente da República, por seus ministros e assessores, afirmou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). Ele destacou que o esquema de propaganda elaborado pelo publicitário Duda Mendonça é avassalador e engana muita gente, mas as pessoas já começam a perceber que “o festival de frases feitas, parábolas e piadas sobre futebol do presidente encobrem o fracasso”.

Arthur Virgílio reconheceu que o Brasil enfrentava muitos problemas quando Lula tomou posse. “O problema é que, em nove meses de governo, o presidente não conseguiu minorar nenhum deles”, afirmou.

O parlamentar lembrou que o desemprego atingiu

mais de um milhão de trabalhadores, a cesta básica aumentou 17% e a economia está em recessão. “E o presidente insiste em falar em espetáculo do crescimento, agora para 2004”, destacou.

Segundo Arthur Virgílio, o presidente Lula está se comportando como um prefeito de cidade pequena da França, onde o atendimento à população está resolvido e não há dificuldades econômicas ou sociais.

– O prefeito somente trabalha às quintas-feiras, dando o tiro inicial para a competição de canoagem, provando a uva especial do momento e cumprimentando a rainha da festa local – salientou o senador, alertando para o fato de que médias e grandes cidades francesas, como Paris, Lyon ou Marselha, enfrentam muitos problemas.



**COMPETÊNCIA** Efraim lembra que fiscalizar é atribuição constitucional do Congresso

## Efraim critica veto de Lula a artigo da LDO

O senador Efraim Morais (PFL-PB) criticou em Plenário, na sexta-feira, o veto presidencial ao artigo 3º do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2004, que determinava que os órgãos setoriais do sistema de planejamento do Poder Executivo comunicassem ao Congresso Nacional relatórios abrangendo as unidades orçamentárias sob sua supervisão.

O senador destacou que a Constituição é clara ao atribuir ao Congresso a competência de realizar fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União no exercício do controle externo do governo.

O senador comentou ainda o sistema de fiscalização adotado pelo Partido dos Trabalhadores, que sorteia pequenos municípios para receberem fiscalização de auditores. Efraim Morais contou que há municípios que param de receber recursos para combater à desnutrição porque "10 ou 12 crianças" apresentam um ou dois quilos acima do peso exigido pelos programas governamentais para receberem o benefício.

– Não vejo esse rigor de fiscalização com relação à ministra da Ação Social, Benedita da Silva. O presidente disse que foi um erro (*a viagem para Buenos Aires a fim de participar de evento religioso*) e assim ficou tudo bem – disse.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que quem nada teme não tem medo de fiscalização, mas se disse surpreendido que, enquanto municípios pequenos passam por certa "humilhação" ao serem fiscalizados, municípios onde há denúncias de irregularidades, como a capital de Roraima, não recebem qualquer tipo de investigação.

## Serys: crime organizado sofre derrota em MT

O assassinato do empresário Sávio Brandão, dono do jornal *Folha do Estado* (MT), ocorrido há um ano, foi apontado na sexta-feira pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) como o estopim para o processo de desmantelamento do crime organizado em toda a região. Para ela, "o trabalho competente" de apuração do crime realizado pela polícia, com apoio do Ministério Público e da Justiça, demonstra que a corrupção e o crime organizado podem ser abolidos de uma vez por todas.

A senadora informou que os acusados pelo assassinato de Brandão, "morto barbaramente por encomenda", estão presos e aguardam julgamento. Disse que, se o crime constrangeu o estado, a prisão dos suspeitos tranquilizou a sociedade, "demonstrando que, quando existe vontade e determinação, o crime organizado pode ser combatido e banido".

– Sávio Brandão nunca teve medo de ninguém e muito menos do crime organizado em Mato Grosso, o qual ousou en-

frentar – observou Serys, ao informar que Isabela Brandão de Lima, viúva do empresário, "assumiu com coragem a direção do jornal, mostrando que as pessoas passam, mas os seus ideais ficam".

Serys também condenou a morte do chinês naturalizado brasileiro Chan Kim Chang, ocorrida nas dependências do Presídio Ary Franco (RJ). Pediu punição exemplar para os culpados e disse ser inadmissível que um cidadão venha a morrer vítima de tortura.



**REAÇÃO** Serys acredita que prisão dos suspeitos devolveu tranquilidade ao estado

## CAE analisa amanhã critérios para repasse de recursos da segurança

**Projeto de Magno Malta obriga os estados a aderirem ao sistema nacional de informações**

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar amanhã, em reunião que começa às 10h, projeto do senador Magno Malta (PL-ES) que estabelece um novo critério para repartição dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), exigindo que os estados interessados nessas verbas estejam integrados a um sistema nacional de informações de segurança pública.

Ao justificar o PLS nº 310/2003, que conta com parecer favorável do senador João Al-



**ERRO** Magno Malta argumenta que falta de informações entre os estados ajuda os criminosos

berto Souza (PMDB-MA), Magno Malta argumenta que "a falta da troca de informações, entre os sistemas dos entes federados e entre eles e o sistema

federal, dá uma grande vantagem aos criminosos, particularmente, quando sua área de atuação ultrapassa as fronteiras de um estado". Após análise da CAE, a matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votada em decisão terminativa.

O colegiado também deve se manifestar amanhã sobre o projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que prevê o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para financiar cursos superiores em nível de graduação.

Embora reconheça o intuito do projeto (PLS nº 52/2003) de suprir lacuna do Plano Nacional de Qualificação, do Ministério do Trabalho e Emprego, o relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), resolveu oferecer

substitutivo para transferir a decisão sobre o assunto ao Conselho Deliberativo do fundo.

### Crédito cooperativo

A regulamentação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, objeto do Projeto de Lei do Senado nº 293/1999-Complementar, do senador Gerson Camata (sem partido-ES), também está em pauta na CAE.

Após enfatizar que não pretende desvirtuar a intenção de Camata de estimular a atuação das cooperativas de crédito, o relator do projeto, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), ofereceu substitutivo para sanar o que classificou de "vícios de constitucionalidade" da proposta e prestigiar as cooperativas de crédito que, na sua opinião, preenchem uma grande lacuna no sistema financeiro nacional.

## CPI da Exploração Sexual ouve vereadores em MS



**VERSÕES** Patrícia Saboya afirma que depoimentos das vítimas foram muito mais convincentes

A audiência pública que a CPI da Exploração Sexual promoveu em Campo Grande (MS), na quinta-feira, terminou sem que os vereadores César Disney (PT) e Robson Martins (PSDB) conseguissem convencer as integrantes da comissão de sua inocência. Os dois parlamentares são acusados de abuso sexual contra menores e estiveram presos por 14 dias, até serem libertados por força de um *habeas corpus*, na última terça-feira.

– Nós acreditamos no que as meninas nos contaram. Não vimos nenhuma incongruên-

cia nos depoimentos delas. Em compensação, os depoimentos dos vereadores estão cheios de contradições – declarou a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), presidente da CPI.

A relatora da comissão, deputada Maria do Rosário, concordou com a senadora.

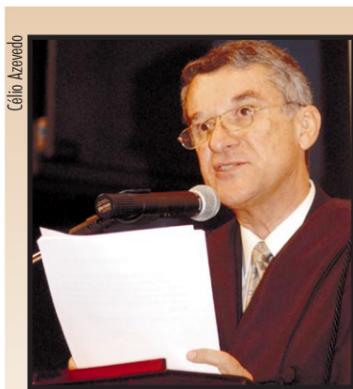
– Nosso trabalho se deu no sentido de investigarmos as contradições dos depoimentos [dos acusados] com o que ouvimos das meninas – disse.

Na opinião da senadora Fátima Cleide (PT-RO), que também integrou a comitiva em Campo Grande, é responsabi-

lidade de toda a sociedade zelar, acima de tudo, pela proteção dessas crianças.

Além dos vereadores e de três vítimas adolescentes, a comissão ouviu outros depoentes, entre eles, duas das mães das adolescentes e uma quarta menina apontada como agenciadora de outras garotas menores de 18 anos.

Os trabalhos da comissão em Campo Grande incluíram reuniões com entidades representativas da sociedade civil organizada, vereadores de diferentes partidos e membros do Poder Judiciário.



**INDÍCIOS** Campelo informou que uma em cada cinco obras investigadas está irregular

## Presidente do TCU fala sobre obras irregulares

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza na quarta-feira, às 11h30, audiência pública com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campelo, que fará exposição sobre a atuação do tribunal e analisará relatório feito pelo órgão sobre obras irregulares. A audiência foi acertada entre o presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), e Campelo.

Na segunda-feira passada, o presidente do TCU entregou ao

presidente do Senado, José Sarney, relatório com mais de 400 auditorias realizadas pelo tribunal, constatando indícios de irregularidades graves em obras que somam cerca de R\$ 14 bilhões em dotações orçamentárias neste ano.

Cópia da documentação também foi entregue ao senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), à qual compete analisar o relatório e decidir sobre o bloqueio dos recursos. Segundo

Campelo, o TCU já suspendeu preventivamente R\$ 3 bilhões em verbas para obras com problemas.

O ministro informou ainda que uma em cada cinco obras investigadas apresentou indícios de irregularidades, "gravíssimos" em 88 casos, como os dos metrô de Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. Entre os problemas que foram identificados pelas auditorias estão superfaturamento, malversação de recursos e editais viciados.



**MODELO** Reginaldo sugeriu que governo federal adote o programa Saúde da Família

## Reginaldo exalta avanço social no Ceará

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) sugeriu na sexta-feira ao presidente Lula que use como modelo, na esfera federal, o programa Saúde da Família, implantado no Ceará na administração Tasso Jereissati. Ele defendeu a necessidade de descentralização de competências, para que os objetivos da área social sejam alcançados com maior eficiência.

O programa implantado no Ceará, informou Reginaldo, foi citado em relatório do Banco Mundial (Bird) como uma das mais importantes iniciativas ocorridas no Brasil.

Reginaldo observou que, no início dos anos 80, os indicadores socioeconômicos do Ceará estavam entre os piores do país. Os serviços essenciais de saúde, relatou, atingiam entre 20% e 40% da população. Menos de 30% dos municípios cearenses contavam com enfermeiros. A cada mil crianças nascidas vivas, cem morriam antes de completar cinco anos de idade.

Nos anos 80, segundo o senador pelo Ceará, a mortalidade infantil caiu para 25 óbitos em cada mil crianças nascidas vivas. A taxa de desnutrição também foi reduzida de quase 30% em 1987 para menos de 10% em 2001. Reginaldo disse que se registraram avanços significativos nas taxas de amamentação, saúde bucal, reidratação oral e controle de doenças como pneumonia e diarreia.

– Em menos de 20 anos, os indicadores experimentaram uma completa inversão, fazendo do Ceará o estado que mais evoluiu no Índice de Desenvolvimento Humano na última década – afirmou Reginaldo.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) comentou que, ao se eleger governador do Ceará, o hoje senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) “destroinou os coronéis que comandavam a política do estado”.

# Estatuto vai revolucionar direitos dos idosos, acredita Paulo Paim

Senador comemora publicação da lei no *Diário Oficial* e elogia presidente Lula por sua firmeza



**RECONHECIMENTO** Paim afirma que nota do ministério deixa claro apoio ao estatuto

Ao informar que o Estatuto do Idoso foi publicado no *Diário Oficial da União* de sexta-feira, “com apenas um veto que não altera o conteúdo da lei aprovada pelo Congresso”, o senador Paulo Paim (PT-RS) registrou que esse foi seu primeiro projeto sancionado desde que chegou no Senado. Ele destacou que o estatuto, que contém 118 artigos, representará uma verdadeira revolução na vida dos cidadãos com mais de 60 anos de idade.

Paim lamentou o constrangimento provocado por entrevista concedida pelo ministro

guardar a saúde pública.

– A nota do ministro Humberto Costa deixou claro que o Ministério da Saúde não é contra o Estatuto do Idoso. Até porque seria um absurdo alguém se posicionar contra uma medida de tamanho alcance social para o Brasil e repercussão internacional – afirmou Paim.

O senador gaúcho registrou que, durante coletiva à imprensa, o presidente Lula antecipou que não alteraria a lei aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado, “deixando claro que o seu governo tem comando e o presidente é quem manda”.

As críticas que o texto chegou a receber foram comparadas por Paim às que o Estatuto da Criança e do Adolescente recebeu logo após ter sido aprovado. Ele lembrou que hoje aquela lei é quase uma unani-

midade e ninguém mais defende a sua revogação.

**Deficientes**

Paim também comemorou a aprovação, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, do projeto de lei (PLS nº 3.638/2000) de sua autoria que institui o Estatuto da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais. O projeto segue agora para a Comissão de Trabalho e, se aprovado, será submetido ao Plenário.

Paim considera fundamental a aprovação do estatuto, que ele calcula beneficiaria cerca de 25 milhões de pessoas.

– É necessário que a sociedade e o Estado ofereçam oportunidades para as pessoas portadoras de deficiência, assegurando acesso aos serviços de transporte, educação, habitação, saúde e lazer – defendeu o senador Paulo Paim.

## Comissão examina projeto que visa garantir energia elétrica para todos

A universalização dos serviços de energia elétrica poderá ser acelerada com a aprovação do projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que altera a Lei nº 10.438/2002, responsável pela fixação das metas a serem observadas pelas distribuidoras na ampliação do acesso ao benefício. Ao lado de outros seis itens, a matéria (PLS nº 224/2003) está em pauta na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que se reúne amanhã, às 14h, e recebeu parecer favorável do senador Paulo Octávio (PFL-DF).

Pela proposta, os recursos

oriundos do pagamento pelo uso do bem público e das multas impostas aos concessionários, permissionários e autorizados que atuam no setor elétrico irão reverter exclusivamente na universalização do serviço. A aplicação dessas verbas deverá ocorrer na forma de subvenção econômica, procurando-se atrelar 50% dos investimentos programados em municípios com índice de atendimento domiciliar inferior a 85%, concentrados, segundo o Censo de 2000 do IBGE, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A comissão examina também quatro propostas de mudanças no Plano Nacional de Viação (Lei nº 5.917/1973). Uma delas, do senador Gerson Camata (sem partido-ES), propõe incluir um trecho de ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262 no sudoeste do Espírito Santo. Na justificativa do PLS nº 239/2002, o parlamentar diz que a melhoria das condições rodoviárias na região irá impulsionar a produção agropecuária e o desenvolvimento turístico. A matéria recebeu parecer pela aprovação do senador José Maranhão (PMDB-PB).



**FÓRMULA** Tourinho sugere que aplicação dos recursos se dê na forma de subvenção

Também volta à pauta da CI o projeto de lei (PLS nº 268/2002) que fixa tarifa telefônica local quando o serviço for prestado em regiões metropolitanas instituídas pelos estados e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município.



**ÊXITO** Mozarildo Cavalcanti destacou os avanços nos 15 anos de criação de seu estado

## Mozarildo exalta progresso de Roraima

Ao destacar a passagem do 15º aniversário de Roraima, comemorado no último domingo, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que, nesse período, o estado cresceu e seus indicadores sociais melhoraram “várias vezes mais do que durante os 45 anos em que foi território federal”.

– Só defende a tese de que ser território federal é bom quem nunca morou num território federal. É uma das piores formas de colonialismo. Quando o governador civil ou militar escolhido pelo governo federal chega à região, traz consigo todos os seus assessores, e até seu contínuo e motorista porque não conhece ninguém da região – assinalou o senador, lembrando que nasceu e foi criado em Roraima.

### Energia barata

Mozarildo afirmou que o estado possui estradas razoáveis e muita energia elétrica barata, importada da Venezuela. O último obstáculo ao desenvolvimento, observou, está na questão fundiária. Segundo o senador, os agricultores estão limitados pelas reservas ambientais “mal planejadas” do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelas reservas indígenas “mais mal planejadas ainda” pela Fundação Nacional do Índio.

O senador manifestou sua esperança de que esses problemas serão sanados com a definição fundiária, a cargo de um grupo de trabalho criado pelo governo federal para determinar, em 90 dias, a vocação de cada parte das terras de Roraima, demarcando, definitivamente, as reservas indígenas e ambientais.

# Capiberibe anuncia voto contra MP dos transgênicos

■ Senador deixa cargo de vice-líder do governo para se pronunciar pela rejeição da medida

O senador João Capiberibe (PSB-AP) comunicou sexta-feira, em discurso no Plenário, que colocou à disposição o cargo de vice-líder do governo no Senado. O motivo, conforme explicou, foi a edição da medida provisória (MP) que libera para plantio a semente de soja transgênica.

Capiberibe argumentou que não se sentiria à vontade no cargo de vice-líder do governo, já que deverá votar pela rejeição da medida provisória, por posicionar-se contrariamente ao plantio de transgênicos.

O senador adiantou, porém, que vai continuar apoiando os projetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde que sejam “necessários e saudáveis para o país”.

Em aparte, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), destacou que o “gesto digno de



**COMPROMISSO** João Capiberibe diz que continuará apoiando projetos “saudáveis para o país”

João Capiberibe deveria ser um exemplo para aqueles que simplesmente se apegam a cargos, deixando de lado a sua própria consciência e o ideal político”.

### Indicadores

João Capiberibe demonstrou otimismo com dados divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dando conta de que o estado do Amapá é o campeão na distribuição de renda em todo o país.

A receita do sucesso, segundo salientou o parlamentar, está na correta e transparente

aplicação dos recursos públicos, aliada à implantação de programas sociais voltados para as famílias carentes.

– Nesses 15 anos de autonomia política o Amapá tem muito o que comemorar – disse. Mas lamentou que a distribuição de renda no país continue a ser “uma tragédia nacional”, razão pela qual pregou um novo modelo na aplicação dos recursos, com justiça social.

Capiberibe também pediu tratamento diferenciado para a região amazônica, por meio da implantação de um modelo em que se aliem a preservação e o desenvolvimento sustentado. Do contrário, observou, o destino da Amazônia poderá tomar uma “direção perigosa, chegando a colocar em risco a integral soberania nacional sobre a região”.

João Capiberibe cobrou ainda uma rigorosa apuração do incêndio, “suspeito de ser criminoso”, que destruiu a fábrica de biscoitos de castanha-do-brasil, pertencente à Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Uiratapuru-Comaru, no estado do Amapá.

## Jefferson cobra regras claras para o plantio de produtos modificados

Ao chamar atenção sobre a importância dos transgênicos para o agronegócio, atividade que hoje ancora o comércio exterior brasileiro, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) reclamou da demora do Palácio do Planalto em apresentar projeto objetivando resolver definitivamente a controvérsia referente a esses produtos.

– A grave imagem geral que daí emerge é a de um governo pouco propenso a respeitar a estabilidade de regras do jogo claras e transparentes, e sabemos que, sem o preenchimento desse fundamental requisito, as promessas do espetáculo da retomada do crescimento e da criação de milhões de empregos terão um único e melancólico destino: a vala comum da retórica irresponsável. Jefferson condenou as “ma-



**ADVERTÊNCIA** Jefferson aponta “obscurantismo ideológico” no debate sobre os transgênicos

nifestações de obscurantismo ecológico” que vêm prejudicando a discussão sobre a transgenia.

### Vantagens

O parlamentar observou que os transgênicos dispensam fortes doses de herbicidas, contribuindo para assegurar água e ar mais limpos. E afirmou que plantas cultivadas tradicional-

mente, por requererem grandes aportes de defensivos, exigem uma limpeza minuciosa do solo antes do plantio de cada nova safra, o que fomenta a erosão e a desertificação.

Quanto aos efeitos econômicos da transgenia, o senador argumentou que menos gastos com inseticidas significam menores custos de produção, comida mais barata na mesa do consumidor e mais dinheiro no bolso do agricultor.

Jefferson Péres destacou que, só no ano passado, a União Europeia importou dos Estados Unidos e da Argentina mais de 17 milhões de toneladas de soja transgênica, incluindo farelo.

– Não faz o menor sentido para a agricultura brasileira auto-restringir-se diante de todas essas oportunidades comerciais – observou.



**ATRASSO** Papaléo comenta mau desempenho de estudantes brasileiros em avaliação mundial

## Papaléo pede um “choque” na educação

Com base nos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), divulgados no início de julho, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) disse que “é imprescindível e inadiável um choque de qualidade na educação brasileira”. Os estudantes brasileiros ficaram em penúltimo lugar em três áreas avaliadas pelo programa – interpretação de textos, matemática e ciências.

O Pisa, programa desenvolvido conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), avaliou o desempenho de estudantes de 15 anos de 41 países. A ênfase foi sobre a capacidade de leitura, item em que os estudantes brasileiros ficaram pouco acima dos jovens da Macedônia, Indonésia, Albânia e Peru.

Entre as possíveis razões para o mau rendimento dos estudantes do Brasil, Papaléo citou a pouca prática de leitura e o lento avanço do país na alfabetização em massa de sua população. Mas o senador considerou que outras correlações talvez sejam ainda mais decisivas como explicação para o baixo desempenho estudantil.

– No Brasil, o gasto acumulado por aluno até os 15 anos é mais de sete vezes inferior ao dos países que mais investem em seus alunos, como a Áustria e os Estados Unidos.

Além disso, acrescentou Papaléo Paes, o programa de avaliação internacional mostra que o desempenho dos alunos decai à medida que os países apresentam maior concentração de renda.



## Senado edita e doa livros em braile

O Senado, por meio da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), edita e distribui, gratuitamente, livros em braile para instituições que trabalham com deficientes visuais. Entre os mais de trinta títulos disponíveis estão exemplares da Constituição, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei de Doações de Órgãos. As instituições interessadas devem se cadastrar pelo serviço 0800 – A Voz do Cidadão, no telefone 0800-612211.

Desde a última quinta-feira, o Senado oferece em braile a lista de matérias que serão votadas em Plenário. Também está sendo formulado um relatório de acessibilidade para que tanto as dependências como os serviços de comunicação da Casa estejam de acordo com as necessidades de todos os cidadãos.

## Sugestões ao Estatuto do Deficiente

O projeto que institui o Estatuto do Portador de Deficiência foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) no início do ano com o objetivo de regular os direitos dessa parcela da população brasileira. A proposta pretende condensar as leis vigentes e garantir políticas públicas mais eficientes (PLS nº 006/03). Cópias do projeto foram enviadas para mais de duas mil instituições, que têm até o dia 31 de outubro para apresentar suas propostas.

A matéria tem como relator o senador Flávio Arns (PT-SC), que preside a Subcomissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. No próximo dia 22, a subcomissão vai promover uma audiência pública para discutir o projeto.

Para enviar as sugestões, utilize o serviço 0800 – A Voz do Cidadão, no telefone 0800-612211.

# CIDADANIA ESPECIAL

Ano I – Nº 4 – Jornal do Senado – Brasília, segunda-feira, 6 de outubro de 2003

## Igualdade e cidadania aos portadores de deficiência

Nesta quarta edição do *Especial Cidadania*, publicamos as principais leis dirigidas às pessoas portadoras de deficiência (PPD) em áreas como saúde, trabalho e educação. Dentre outros instrumentos legais, o Decreto nº 3.298/99 é o mais importante.

Para garantir e ampliar esses

direitos, está em discussão no Senado o projeto que institui o Estatuto do Portador de Deficiência. Até o dia 31 de outubro, a sociedade pode enviar as suas sugestões.

Incluimos também endereços úteis onde é possível obter informações direcionadas para essa parcela da população.

Segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, os portadores de deficiência somam 24,6 milhões de pessoas. Desse, 13,2 milhões são mulheres e 11,4 milhões são homens, sendo que a maioria apresenta problemas visuais.

## Veja a legislação que garante direitos

### DIREITO AO TRABALHO

A Constituição federal proíbe qualquer discriminação ao trabalhador portador de deficiência. A Lei nº 8.112/90 assegura 20% dos cargos e empregos públicos para as PPD. A Lei nº 8.213/91 introduziu a reserva de mercado para as empresas privadas, o que veio a ser regulamentado pelo Decreto nº 3.298/99. Com ele, a empresa com cem ou mais funcionários é obrigada a preencher de 2% a 5% de cargos com pessoas reabilitadas ou portadoras de deficiência.

### DIREITO À EDUCAÇÃO

A Lei nº 4.024/61 diz que a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade, e que toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. Já a Lei nº 5.692/71, que trata do ensino de 1º e 2º graus, diz que os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais devem receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos conselhos de educação. A Constituição prevê atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino, para todos.

### DIREITO À SAÚDE

A Lei nº 9.656/98, que trata dos planos e seguros de saúde, proíbe que haja qualquer impedimento em decorrência da deficiência. Já o Decreto nº 3.298 fixa uma série de garantias, como atendimento domiciliar, psicológico, reabilitação, ajuda técnica que inclui próteses e



ACESSO Locomoção é um dos direitos garantidos pela Constituição

equipamentos. As vítimas da talidomida têm prioridade no fornecimento de próteses e demais instrumentos, bem como nas intervenções cirúrgicas e assistência médica pelo SUS (Lei nº 8.686/93).

### TRANSPORTE GRATUITO

A Lei nº 8.899/94 concede passe livre aos portadores de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual. O benefício é concedido junto ao Ministério dos Transportes.

### ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Lei nº 8.742/93 assegura ao portador de deficiência o direito de receber um salário mínimo mensal, desde que comprove ter uma renda inferior a ¼ do salário mínimo. A Lei nº 7.070/82 assegura pensão especial vitalícia às vítimas da talidomida e o acesso, por todos, aos programas governamentais de ga-

rantido pela Lei nº 7.853/89.

### ISENÇÕES E BENEFÍCIOS

Isenções de ICMS e IPI para veículos destinados a uso de paraplégicos ou de PPD (Lei Complementar nº 53/86 e Lei nº 8.899/94). Isenção de IOF para as operações de financiamento de automóveis de passageiros de fabricação nacional (Lei nº 8.383/91). Isenção do Imposto de Renda pelos benefícios auferidos pelos deficientes mentais (Lei nº 8.687/93) e deduções com aparelhos, materiais e despesas (Instrução da Receita Federal nº 15/01).

### ACESSIBILIDADE

Para facilitar a locomoção e o acesso, a Constituição e a Lei nº 10.098/00 estabelecem normas e critérios básicos; a Lei nº 7.405/85 torna obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso em todos os locais e serviços que permitam a utilização pelas PPD. Já a Lei nº 9.045/95 disciplina a obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o país, de obras em braile, e permite a reprodução, para cegos, de obras já divulgadas, sem finalidade lucrativa.

### OUTRAS

A Lei nº 9.867/99 prevê a instituição de cooperativas sociais, visando à integração social das pessoas em desvantagem no mercado. A Lei nº 8.666/93 dispensa de licitações a contratação, pelos entes públicos, de associações de portadores de deficiência sem fins lucrativos para prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra. A Lei nº 10.436/02 garante o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

### ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

**Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde)**  
Responsável pela gestão de políticas voltadas para integração da pessoa com deficiência, em defesa dos direitos e da promoção da cidadania.  
> Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, sala 210  
70064-900 – Brasília (DF)  
Telefone: (61) 429.3683  
[www.presidencia.gov.br/sedh/corde](http://www.presidencia.gov.br/sedh/corde)

**Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade)**  
Acompanha e avalia o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Recebe denúncias e orienta na formação dos conselhos estaduais e municipais.  
> Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, sala 211  
70064-900 – Brasília (DF)  
Telefone: (61) 429.9219  
[www.presidencia.gov.br/sedh](http://www.presidencia.gov.br/sedh)

**Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão**  
Atua na defesa dos direitos constitucionais do cidadão. O manual *O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino* está disponível no site.  
> Telefone: (61) 3031-6000  
[www.pgr.mpf.gov.br/pfdc/pfdc.html](http://www.pgr.mpf.gov.br/pfdc/pfdc.html)

**Ministério dos Transportes**  
Informações sobre o passe livre  
> Caixa Postal – 9.800  
CEP 70001-970 – Brasília (DF)  
Telefone: 0800-61-0300  
[www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br)

### OUTRAS ORGANIZAÇÕES

**Rede Saci** – Informações sobre deficiência e inclusão social.  
[www.saci.org.br](http://www.saci.org.br)

**Entre Amigos** – Notícias, fórum e banco de dados.  
[www.entreamigos.com.br](http://www.entreamigos.com.br)

**AACD** – Informações sobre atendimento.  
[www.aacd.org.br](http://www.aacd.org.br)

**Apae Brasil** – Legislação, notícias e endereço das Apaes pelo Brasil.  
[www.apaebrazil.org.br](http://www.apaebrazil.org.br)

**Instituto Ethos** – Distribui o manual *O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência*.  
[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)

**Escola de Gente** – Promove oficinas inclusivas e edita o *Manual da Mídia Legal*.  
[www.escoladegente.org.br](http://www.escoladegente.org.br)

**Acessibilidade** – Site português com programas para facilitar o acesso digital aos PPD.  
[www.acessibilidade.net](http://www.acessibilidade.net)

**Instituto Benjamin Constant** – Fundação para pessoas com deficiência visual.  
[www.ibcnet.org.br](http://www.ibcnet.org.br)

**CEDIPOD** – Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência.  
[www.cedipod.org.br](http://www.cedipod.org.br)



**Discriminar pessoas com deficiência é crime – Lei nº 7.853/1989**